

APRESENTAÇÃO

Os novos autoritarismos na América Latina

William Gómez¹

Sandro Adams²

Sandro Ari Andrade de Miranda³

Este dossiê visa proporcionar uma análise sobre os movimentos autoritários na América Latina, nos Estados Unidos e em outras partes do mundo. Acreditamos que exista uma diversidade de formas dessas tendências autoritárias e que estas devem ser objeto de análise. Novas tendências autoritárias que emergem dos subterrâneos das sociedades, que parecem ter estado latentes durante muitos anos, sobretudo, depois da derrota do fascismo na Europa e, com a transição para a democracia, nos anos 80, com o desaparecimento dos regimes autoritários na América Latina, no Brasil, Argentina, Uruguai. Lembremos que na Nicarágua a Ditadura de Somoza é derrotada em julho de 1979, um caso singular, porque se tratou de uma insurreição popular armada e que foi a última nesse estilo clássico no século XX. Este evento marca um novo ciclo de abertura e de transição de regimes autoritários para regimes democráticos, processo que ocorre lenta e desigualmente na América Latina.

Essas tendências autoritárias, geralmente associadas a diversos tipos de negacionismos, podem ser estudadas a partir de abordagens interdisciplinares. Até pouco tempo atrás, acreditava-se que as formas autoritárias finalmente tinham sido derrotadas e que a democracia seria o novo paradigma das sociedades modernas. Mas o que se viu que não é bem

¹ Docente e pesquisador na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) desde 2006, atuando no curso de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7212-8466>. E-mail: william.hector@gmail.com.

² Doutorando em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). <https://orcid.org/0000-0002-2045-1648>. E-mail: sandroadams@gmail.com.

³ Professor de Direito das Faculdades João Paulo II - Unidade Pelotas. <https://orcid.org/0000-0001-8861-4004>. E-mail: sandro.aa.miranda@gmail.com.

assim: a história não é linear e as ameaças e os riscos autoritários coexistem com a democracia, muitas vezes emergem de onde menos se espera, sobretudo num contexto no qual prevalecem os particularismos em detrimento de valores universais, como a justiça social e a democracia.

Assim, o dossiê pretende ser um ponto de referência para acadêmicos, ativistas e demais profissionais interessados na compreensão da complexidade dos fenômenos autoritários contemporâneos e suas implicações para a política latino-americana.

Há alguma limitação no diagnóstico que fazem os cientistas políticos e sociólogos acerca das formas de governo que estão surgindo no mundo hoje? É possível afirmar que os cientistas políticos abandonaram os estudos sobre a tirania para centrar nas falhas e nos limites da democracia. Isto tem a ver com o otimismo que surgiu depois da segunda guerra mundial acerca do avanço do progresso e da democracia e, especialmente na década de 1990, com o crescimento do debate sobre as experiências da democracia participativa. Então a tirania foi considerada um tema relegado à história e um problema superado de forma irreversível, como se a história não nos surpreendesse mais com suas reviravoltas e retrocessos, afinal, não é um processo linear. Somos testemunhas das ameaças dos autoritarismos, combinados com a emergência de negacionismos de vários tipos.

A emergência de novos tipos de autoritarismos que ameaçam a democracia e que escapam aos estudiosos, seja como correntes políticas que se apresentam como oposição democrática e até como alternativas dos partidos tradicionais, apresentados como corruptos, mas também como aqueles que enquistados na máquina estatal, e revestidos de ideologias progressistas, populares e até socialistas implementam políticas de exclusão política, de terrorismo de Estado e violações aos mais elementares direitos humanos. E aqui voltamos a olhar para Nicarágua, onde um regime ditatorial surge do que restou de uma revolução popular. Há mais semelhanças do que diferenças entre essas variações que, à primeira vista, podemos classificar como de ultradireita e de extrema esquerda. Será que esta classificação tem perdido agora mais que nunca sua relevância explicativa?

O autoritarismo faz parte da história da América Latina, tem tomado diversas formas, e se combina com um tipo de messianismo como resíduo de valores e concepções de um mundo tradicional que ainda persiste nas sociedades latino-americanas, porém a situação atual escapa da narrativa democrática que hegemonizou o discurso político desde 1945.

A crescente ascensão de regimes autoritários em diversas partes do mundo tem sido uma das questões centrais nos estudos sobre política, sociologia e direitos humanos nas últimas décadas. No contexto latino-americano, este fenômeno assume características específicas, marcadas pela combinação de práticas autoritárias tradicionais e novas formas de controle e repressão política. O dossiê “Dinâmicas autoritárias na América Latina” visa explorar, a partir de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, os novos autoritarismos que ameaçam a democracia, os direitos humanos e a paz na região e no mundo.

O dossiê buscou reunir artigos científicos que de forma crítica e aprofundada, analisassem a emergência, a consolidação e os impactos desses regimes autoritários, considerando as dinâmicas sociopolíticas, históricas e econômicas que os sustentam, bem como diferentes perspectivas sobre esses processos.

O primeiro artigo do dossiê, **a realidade que delira: autoritarismo latino-americanos e moralidade política** de Sandro Adams, parte da premissa de que o ressurgimento do autoritarismo no interior de regimes formalmente democráticos constitui uma possibilidade imanente da própria modernidade política. A análise evidencia como a articulação entre racionalidade instrumental, reconfiguração neoliberal e enfraquecimento dos mecanismos de integração social favorece formas de dominação que preservam a legalidade democrática ao mesmo tempo em que esvaziam seus conteúdos normativos. Ao examinar a centralização decisória no Executivo, a normalização da exceção e a conversão das eleições em instrumentos de ratificação hegemônica, o texto revela uma configuração paradoxal na qual o Estado de Direito se mantém como aparência, enquanto pluralismo, alternância de poder e crítica pública são progressivamente neutralizados. Nesse contexto, o autor interroga criticamente o papel da esquerda latino-

americana, argumentando que a moralização da política, ao substituir a ação estratégica e o conflito social por critérios éticos de virtude, contribui para a despolitização das disputas e, paradoxalmente, reforça as dinâmicas autoritárias que pretende combater.

O segundo artigo intitulado: **O marxismo diante dos fenômenos mórbidos contemporâneos**, de Igor Marquezine, apresenta uma discussão teórica rigorosa sobre diferentes interpretações marxistas da extrema-direita contemporânea, com foco particular nas disputas conceituais em torno do bolsonarismo. Ao contrastar as leituras de Atilio Borón, Armando Boito Jr., Dylan Riley e André Kaysel com Alvaro Bianchi, o texto explicita tanto as potencialidades quanto os limites analíticos de categorias como fascismo, neofascismo, populismo de direita, neobonapartismo e coalizão discursiva de extrema-direita. A contribuição do artigo reside em demonstrar que nenhuma dessas abordagens, isoladamente, é suficiente para dar conta da complexidade do fenômeno, especialmente em um contexto de crise orgânica do capitalismo. Como argumento central, sustenta-se que análises mais robustas exigem a articulação entre a estrutura de classes e as disputas ideológicas e discursivas que conformam os sujeitos políticos, evitando reducionismos tanto economicistas quanto culturalistas.

O terceiro artigo, **La polarización ideológica en América Latina y sus efectos sobre representación política y cualidad democrática**, de João Paulo Dellasta do Nascimento, João Cardoso Lara Camargos e João Carlos Amo, desloca o foco para uma análise empírica comparada da polarização ideológica na América Latina e no Caribe, examinando dados de 18 países a partir da autolocalização ideológica de legisladores. Ao avançar metodologicamente sobre a medida clássica de Dalton, o estudo oferece uma leitura refinada das variações da polarização no período analisado e de seus efeitos sobre a representação política e a qualidade democrática. Os resultados mostram que altos níveis de polarização não conduzem necessariamente à instabilidade democrática, como exemplifica o caso uruguaio, mas indicam impactos negativos consistentes sobre a congruência entre elites políticas e população. Ao mesmo tempo, o artigo demonstra que a polarização não afeta

diretamente a satisfação com a democracia, contrariando parte da literatura que atribui a ela efeitos positivos por ampliar a oferta de alternativas políticas.

Encerrando o conjunto, o quarto artigo de Filipi Vieira Amorim, Cleriston Petry e Ângelo Cenci, analisa a linguagem fascista e suas repercussões no Brasil contemporâneo, com especial atenção ao período do governo Jair Bolsonaro. A partir de um diálogo entre os estudos clássicos de Victor Klemperer sobre a linguagem do Terceiro Reich e o conceito de espiral do silêncio, formulado por Elisabeth Noelle-Neumann, o texto examina como determinados usos discursivos ganharam centralidade no espaço público e contribuíram para silenciar dissensos, complexidades e formas críticas de pensamento. A análise distingue cuidadosamente entre ser fascista e empregar uma linguagem fascista, evidenciando como esta última pode operar como tecnologia de poder ao produzir adesão, conformismo e autocensura. Ao articular linguagem, comunicação política e autoritarismo, o artigo oferece uma chave interpretativa fundamental para compreender os processos simbólicos que sustentaram a ascensão e a normalização de práticas autoritárias no Brasil recente.